



O PAA NA REGIÃO DE DRACENA: DA DIVERSIFICAÇÃO À ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

THE PAA IN REGION OF DRACENA: FROM DIVERSIFICATION FOR PRODUCTIVE SPECIALIZATION

Fernando Veloso

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - FCT/UNESP e membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Rua Roberto Simonsen, 305, CEP: 19.060-900. Presidente Prudente-SP.
E-mail: fer_velozorro@yahoo.com.br

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP. Coordenadora do GEDRA. Rua Roberto Simonsen, 305, CEP: 19.060-900. Presidente Prudente-SP.
E-mail: rosangel@fct.unesp.br

Resumo:

O Programa de Aquisição de Alimentos, instituído em 2003, tem auxiliado os produtores familiares em uma das etapas mais problemáticas do processo produtivo, que é a comercialização. Nesse contexto, buscamos nesse trabalho analisar o PAA tendo como recorte espacial o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena-SP. Constatamos que os primeiros projetos foram implementados no ano de 2005/06, e a partir disso tem evoluído consideravelmente no número de projetos, recursos, produtores rurais e entidades beneficiadas. Embora, o PAA vise à incorporação de uma gama de produtos típicos da produção rural de base familiar, em alguns municípios constatamos que o PAA tem promovido a especialização ao invés da diversificação produtiva e beneficiado os produtores mais capitalizados.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Comercialização. Espaço rural. Associativismo.

Abstract

The Food Acquisition Programmer (PAA), created in 2003, has been helping family producers in one of the most problematic stage in the productive process that is the commercialization. This work seeks to analyze the PAA based in information of the Office of Rural Development in the region of Dracena-SP. The first projects were implemented in 2005/06, and from this, has evolved considerably in the number of projects, resources, rural producers and entities benefited. Although, the PAA has as its purpose the incorporation of typical products from rural family production, in some cities found that the PAA has promoted specialization rather than diversification of production and benefited more capitalized producers

Key words: Public policies. Commercialization. Rural areas. Associations.

1 - Introdução

Um dos principais problemas enfrentados pela produção familiar diz respeito à comercialização de sua produção agropecuária. Na maioria das vezes esse grupo social fica à mercê de atravessadores e do capital agroindustrial em virtude da pequena escala de produção.

Todavia, medidas de apoio do poder público ao escoamento de parte de sua produção integradas às demandas locais em virtude da necessidade de repasse a escolas, creches, projetos assistenciais, asilos, hospitais entre outras instituições, pode gerar renda e dar maior incentivo aos produtores familiares. Essa situação começa a ser efetivada no contexto da formulação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e posteriormente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Pretende-se, nesse texto, apresentar parte dos resultados da pesquisa em nível de Mestrado que teve com apoio financeiro do CNPq e da FAPESP. O objetivo do texto é de analisar a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos, utilizando-se como recorte espacial os municípios que compõem a área de abrangência do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, a partir do ano de 2006, em que são firmados os primeiros projetos do PAA na referida região.

Em termos de procedimentos metodológicos efetuou-se levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, coleta e sistematização dos dados de fonte secundária: do PAA, junto às publicações da CONAB; e dos dados regionais fornecidos pelo Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena; da Fundação SEADE; e, do Censo Demográfico do IBGE (2000); trabalhos de campo nos municípios de Junqueirópolis, Tupi Paulista, Dracena e Adamantina.

O texto está estruturado em três partes, além dessa introdução, das considerações finais e das referências utilizadas. Na primeira parte tratamos de como foi estruturado o Programa de Aquisição de Alimentos, detalhando suas modalidades e analisando alguns dados do programa em âmbito nacional. Na segunda parte trazemos uma breve caracterização da região do EDR de Dracena, destacando a importância da cafeicultura no contexto regional e das políticas públicas como o PAA para apoiar a produção familiar, analisando os dados desse programa governamental na modalidade Compra para Doação Simultânea. Na terceira parte fazemos algumas reflexões acerca do PAA no EDR de Dracena.

2 - O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Criado como programa social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹ tem se firmado como importante instrumento de apoio à comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares no país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores ao praticados no mercado e estimulado as formas coletivas de organização.

Uma característica marcante desse programa é sua flexibilidade, adaptando-se às especificidades regionais, por isso encontra-se em constante (re) formulação desde sua implantação no Plano Safra de 2003/2004. O PAA tem sido aprimorado no seu arcabouço jurídico-institucional, no modo de operação e nas suas modalidades, parcerias e fontes de recursos envolvidas (PORTO, 2009).

O PAA é uma das principais estruturas do Programa Fome Zero do governo federal juntamente com o Bolsa Família a partir da proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Tem como objetivo combater a fome e a miséria das populações em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos, através da compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares sem a necessidade de licitação e, posteriormente, a sua doação para entidades sociais.

O PAA é coordenado por um Conselho Gestor Interministerial que envolve diretamente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário com recursos orçamentários próprios, sendo operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Além desses, outros quatro ministérios pertencem ao Conselho Gestor, são eles: Ministério da Pecuária, da Pesca e da Agricultura (MAPA) por meio da CONAB; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação.

Atualmente o Programa de Aquisição de Alimentos encontra-se dividido em cinco modalidades, conforme destacado no quadro 1.

¹ O PAA foi instituído pelo artigo 19 da lei nº. 10.696, de 10 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008.

Quadro 1. Modalidades, Características e Limites de Valor do PAA em 2010

Modalidade	Ação	Limite/Ano
1 – CPR-Doação: Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea	Visa atender as populações em situação de insegurança alimentar por meio da doação de alimentos produzidos pelos agricultores familiares organizados coletivamente, para que entreguem sua produção diretamente nas instituições municipais beneficiadas.	R\$ 4,5 mil
2 – CPR-Estoque: Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Disponibiliza recursos para que as organizações de agricultores familiares adquiram produtos e formem estoques para posterior comercialização.	R\$ 8 mil
3 – CDAF: Compra Direta da Agricultura Familiar	Permite a aquisição de alimentos para a distribuição ou formação de estoques públicos pelo Governo Federal.	R\$ 8 mil
4 – PAA-Leite: Apoio à Produção para o Consumo do Leite	Assegura o consumo de leite pelas famílias em situação de insegurança alimentar nos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais, mediante a aquisição do produto com garantia de preço.	R\$ 4,5 mil por semestre
5 – CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Adquire produtos da agricultura familiar para abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação como Restaurantes populares e Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos.	R\$ 4,5 mil

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Companhia Nacional de Abastecimento (2010). Org: Fernando Veloso.

Entre os anos de 2003 e 2005, o PAA foi operacionalizado somente com recursos do MDS através do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN) em parceria com governos municipais e estaduais, e com a CONAB. A partir do ano de 2006, o MDA, por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar, passa a compor o Conselho Gestor com dotação orçamentária própria, disponibilizando recursos para a aquisição de produtos e a formação de estoques dos agricultores e de suas organizações (VIANA; VIEGAS, 2009).

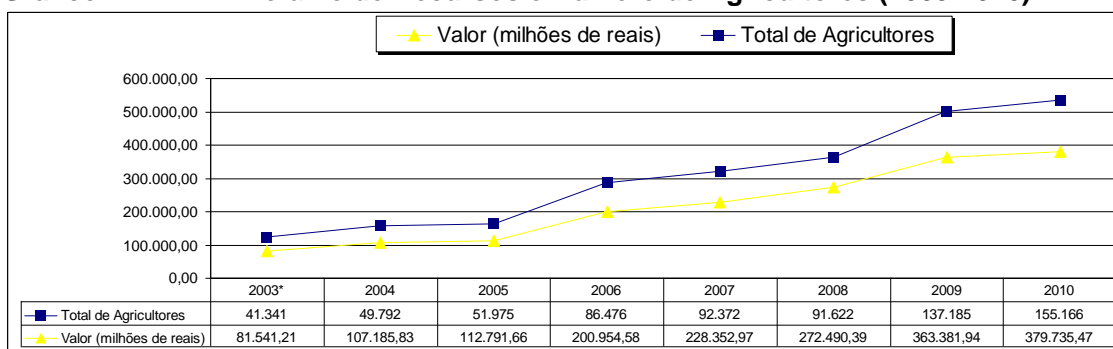
As três primeiras modalidades (CPR-Doação, CPR-Estoque e CDAF) são operacionalizadas pela CONAB em parceria com governos municipais e estaduais com recursos do MDS e MDA. Além disso, as duas primeiras modalidades necessitam obrigatoriamente da apresentação de projetos às Superintendências Estaduais da

CONAB para sua execução. Quanto às duas últimas modalidades apresentadas no quadro 1 são executadas diretamente pelo MDS em convênios com estados e municípios, sem o gerenciamento da CONAB (VIANA; VIEGAS, 2009).

Destaca-se também que no mês de setembro de 2009 os valores das modalidades do PAA foram reajustados. A título de exemplo, a modalidade CPR-Doação cujo valor limite atual por ano civil é de R\$ 4,5 mil para cada produtor, contava até então com valor máximo de R\$ 3,5 mil, vigente desde julho de 2006. Quando foi instituído no segundo semestre de 2003 o valor máximo dessa modalidade era de R\$ 2,5 mil por ano civil.

Analisando os dados disponibilizados pela CONAB referentes ao PAA em âmbito nacional no período de 2003 a 2010, verificamos uma evolução significativa no volume de recursos disponibilizados, como no total de agricultores beneficiados, conforme destacado no gráfico 1.

Gráfico 1 – PAA – Volume de Recursos e Número de Agricultores (2003-2010).



Fonte: MDS (2011).

Org: Fernando Veloso.

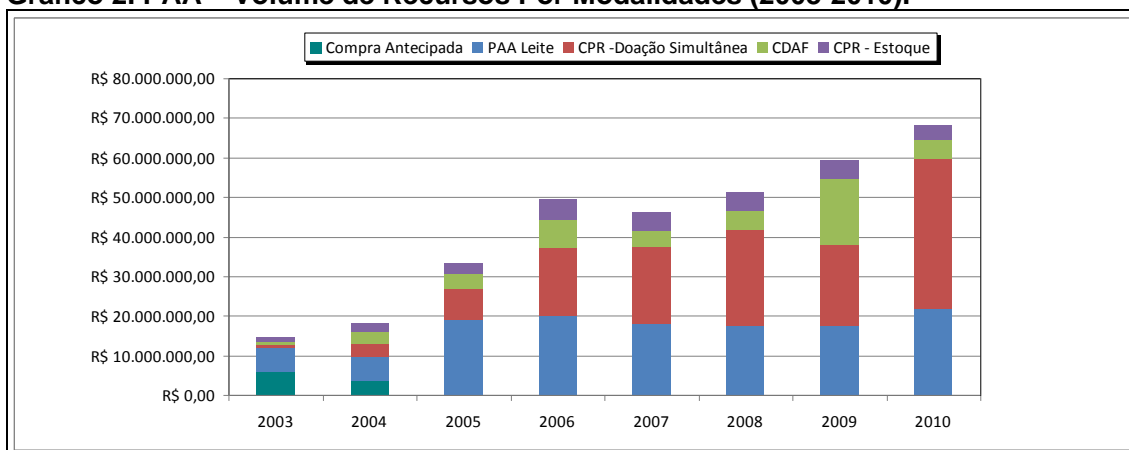
Constata-se no gráfico 1 que foram disponibilizados no período pouco mais de R\$ 1,7 bilhões de reais em recursos, beneficiando cerca de 150 mil agricultores entre os anos de 2003 e 2008.

No entanto, esses dados em âmbito nacional mostram que ainda o programa tem abrangência limitada e beneficia baixo número de produtores rurais. No ano de 2010, o PAA estava presente em apenas 1.076 municípios brasileiros.

Hespanhol (2009) aponta que a maior parte dos recursos do PAA encontra-se concentrada nos estados da região Nordeste e Sul, principalmente no Rio Grande do Norte e Paraná, respectivamente. Destaca também, como possível hipótese para essa concentração por regiões e unidades federativas, um maior grau de organização dos produtores rurais e/ou maior divulgação do PAA nessas localidades.

No gráfico 2 é possível constatar a evolução no volume de recursos das modalidades do PAA operacionalizadas pela CONAB entre os anos de 2003 e 2010. Verifica-se que a modalidade Compra Antecipada obteve maior soma de recursos nos anos de 2003 e 2004. Devido a problemas ocorridos na operacionalização, essa modalidade foi extinta e seus recursos foram incorporados às demais, como salienta Porto (2009).

Gráfico 2. PAA – Volume de Recursos Por Modalidades (2003-2010).



Fonte: MDS (2011).

Org: Fernando Veloso.

A modalidade CPR-Doação passou a contar com maior soma de recursos a partir do ano de 2006, alcançando a marca de 55,7% do total dos recursos disponibilizados pelo PAA no ano de 2010.

A modalidade CPR-Estoque contava com 8,0% do total de recursos do PAA no ano de 2003, ampliando-se para 28,2% no ano de 2009. A modalidade CDAF obteve 4,5% do total de recursos no ano de 2003 e passou a contar com 28,2% no ano de 2009. Por fim, a modalidade PAA-Leite contava com 42,7% no ano de 2003 e passou a contar com 32,1% no ano de 2010.

Como visto, a modalidade CPR-Doação é a que mais obteve recursos do PAA entre os anos de 2003 e 2010 devido ao acesso mais simplificado e direto com os produtores rurais e suas organizações. Na sequência vamos analisar a evolução desse programa do governo federal nos municípios que compõem o EDR de Dracena localizado no oeste do Estado de São Paulo, cujos primeiros projetos selecionados e com recursos aprovados ocorreram no ano de 2006.

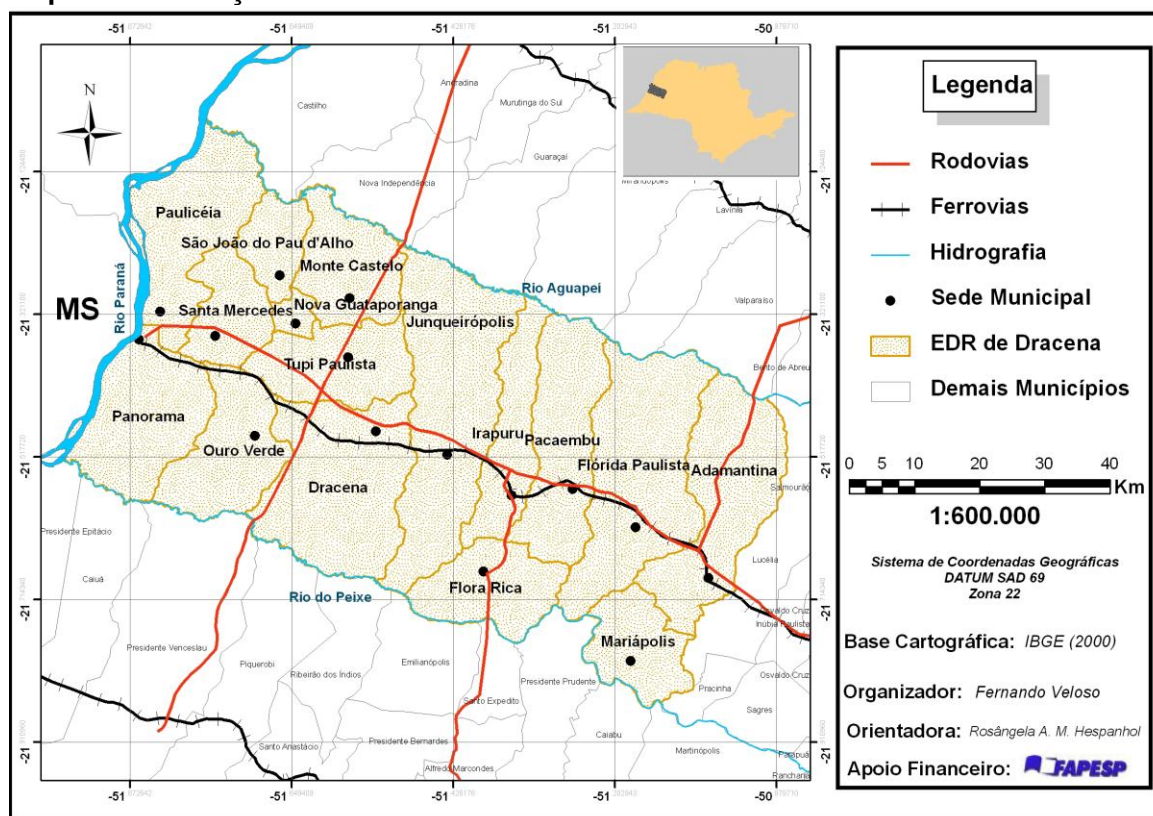
3 - O PAA na região de Dracena.

3.1 - A crise do café e a importância das políticas públicas

A região de Dracena está situada na porção oeste do Estado de São Paulo, integrando, de acordo com a regionalização da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), o EDR de Dracena², conforme representado no mapa 1.

De acordo com os dados da Fundação SEADE, a região abarca uma área de 4.762,04 km² e conta com população total de cerca de 190 mil habitantes (IBGE, 2010). Essa região apresenta contingente populacional bem diferenciado, sendo que os municípios mais populosos são Dracena e Adamantina, com população acima dos 30.000 habitantes; e os menos populosos são Nova Guataporanga, São João do Pau d'Alho e Flora Rica, com cerca de 2.000 habitantes. Quanto ao perfil populacional da região destacamos que 86,7% dos habitantes residiam no ano de 2010 nos núcleos urbanos, enquanto que 14,3% estavam nas áreas rurais.

Mapa 1. Localização do EDR de Dracena.



² De acordo com a regionalização estabelecida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - CATI existem 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural no Estado de São Paulo. A área de abrangência do EDR de Dracena – recorte territorial utilizado nesse trabalho – é composta por 16 municípios, sendo estes: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.

Com relação à economia, destacam-se no cenário regional os municípios de Dracena com PIB (Produto Interno Bruto) no valor de 464 milhões de reais e Adamantina com 426 milhões de reais. Em situação intermediária, comparecem os municípios de Junqueirópolis com PIB contabilizando 183,2 milhões e Tupi Paulista com 125,5 milhões; o menor PIB regional é do município de Nova Guataporanga com pouco mais de 12 milhões de reais (SEADE, 2007).

Deve-se destacar que nas primeiras décadas da colonização a economia da região teve como base fundamental a cafeicultura. Essa atividade econômica se manteve expressiva na Microrregião Geográfica de Dracena até o final dos anos de 1970 quando, a partir deste período, ocorreu um declínio da sua produção, levando à descapitalização dos produtores – sobretudo dos pequenos - e a ampliação do êxodo rural.

A crise da cafeicultura trouxe mudanças significativas para o espaço rural da região da Nova Alta Paulista³. Gil (2004) destaca que na fase da cafeicultura e da policultura predominavam as pequenas propriedades rurais com o trabalho familiar, e que a decadência da economia cafeeira acarretou a erradicação de milhares de pés de café e a sua substituição por pastagens (principalmente com a pecuária de corte) e, mais recentemente, pelos canaviais.

A partir desse quadro adverso, os produtores familiares que permaneceram no espaço rural da região tiveram que apostar em diferentes estratégias para assegurar sua reprodução econômica e social, desenvolvendo singularidades tais como: a diversificação produtiva; o associativismo rural; e, em novas alternativas produtivas – fruticultura para o processamento industrial (acerola, maracujá, manga, entre outras) e para o consumo in natura (uva); urucum, seringueira, pecuária de corte e mista e, mesmo permanecer com a cultura do café, que ainda é bastante cultivada (VELOSO, 2008).

Para implementar essas estratégias, o acesso às políticas públicas por parte dos produtores rurais poderia viabilizar sua permanência no espaço rural, e contribuir para assegurar a manutenção e o fortalecimento desses produtores e de suas famílias no espaço rural. Uma dessas políticas é o PAA que integra as demandas

³ De acordo com o IBGE, essa microrregião foi denominada até o final dos anos 1980 de Microrregião Homogênea da Nova Alta Paulista, abarcando 23 municípios. A partir de 1989, os municípios componentes desta microrregião foram reagrupados em dois, dando origem às Microrregiões Geográficas de Dracena (10 municípios) e de Adamantina (13 municípios). A Microrregião Geográfica de Dracena é composta por 10 municípios: Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho e Tupi Paulista.

municipais por meio da compra de produtos alimentícios dos agricultores organizados em associações, e sua posterior doação para entidades municipais cadastradas, que tem se ampliado consideravelmente no EDR de Dracena.

3.2 – A evolução do PAA nos municípios do EDR de Dracena

Com relação ao contexto regional, o projeto pioneiro do PAA foi firmado no ano de 2005/06 na modalidade CPR-Doação pela J. Marques (Associação dos Trabalhadores Rurais de Jaciporã) no município de Dracena no valor de R\$30.000,00 beneficiando 13 produtores rurais, conforme destacado na tabela 1 e mapa 2.

Tabela 1. Evolução do PAA no EDR de Dracena.

Ano	Projetos	Valor Total (R\$)	Municípios Participantes	Associações Participantes	Número de Agricultores
2005/06	1	30.000,00	1	1	13
2006/07	5	575.998,05	3	5	165
2007/08	5	587.979,15	3	5	168
2008/09	15	2.022.535,78	7	11	579
2009/10	18	3.183.366,57	7	13	695

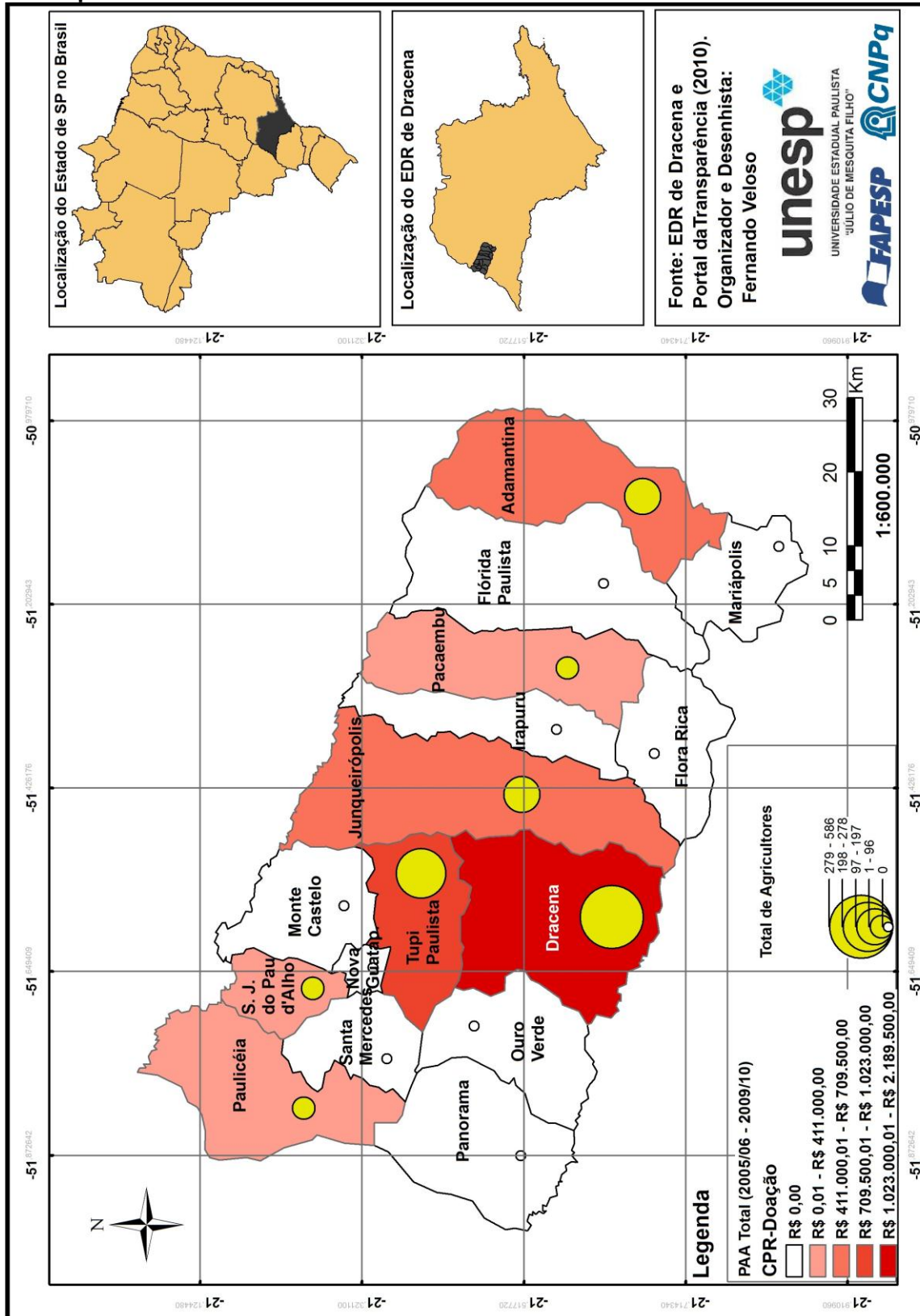
Fonte: EDR de Dracena – abril de 2010 e Portal da Transparência - julho de 2010. **Org:** Fernando Veloso

Desde então, o programa tem evoluído consideravelmente na região de Dracena, principalmente a partir do ano agrícola 2008/09, se expandindo para outros municípios da região, beneficiando maior número de produtores rurais por meio de suas associações.

Nesse período de análise, compreendido entre os anos de 2005/06 e 2009/10, foram firmados 44 projetos do PAA no EDR de Dracena, num valor alocado de cerca de 6,4 milhões de reais, na compra de produtos oriundos de 695 produtores rurais, conforme se mostra na tabela 1. Desse total, destaca-se que a maioria dos projetos firmados (de 38) – 86,36% foram na modalidade CPR-Doação, contabilizando cerca de 5,6 milhões de reais. A modalidade CPR-Estoque começou a ser operacionalizada somente a partir do ano agrícola de 2008/09, e desde então, foram firmados seis projetos – 13,64% do total num valor alocado de 740 mil reais.

Verifica-se, por meio da tabela 1, que nos anos de 2006/07 e 2007/08 a região de Dracena passou a contar com cinco projetos do PAA, respectivamente. Destaca-se, que mesmo mantendo-se esse número de projetos, ocorreu um aumento de 1,82% no número de produtores rurais participantes, como no acréscimo de 2,08% no valor total do programa.

Mapa 2. Comparação do Total dos Valores e do Nº. de produtores beneficiados do PAA na modalidade CPR-Doação entre os anos agrícolas de 2005/06 e 2009/10 nos municípios do EDR de Dracena.



No entanto, foi somente a partir do ano de 2008/09 que o programa se difundiu, uma vez que temos um incremento significativo no número de projetos, passando de cinco para 15, como no montante de recursos, superando a marca de dois milhões de reais.

Esse fato tem reflexo direto no aumento do número de municípios contemplados com o PAA na região de Dracena, que passa de três para sete, como também no número de associações participantes, que passa de cinco para 11, entre os anos agrícolas de 2007/08 e 2008/09.

Atribuímos essa característica ao fato de tratar-se de um programa descentralizado e mais recente, em que os sujeitos envolvidos levantam as demandas existentes e solicitam recursos à CONAB, sendo assim, se necessita de mais tempo para se firmar e beneficiar um maior número de produtores rurais, famílias e entidades da região.

Quanto ao número de produtores rurais beneficiados pelo PAA, o primeiro projeto aprovado (2005/06), contava com 13 participantes, no ano agrícola de 2006/07 esse número aumentou para 165 beneficiados. No ano de 2007/08 teve um leve aumento passando para 168 produtores, mas a partir do ano agrícola de 2009/10 teve acréscimo significativo no número de produtores rurais beneficiados de 244,64%, passando a contemplar 579 produtores.

Todavia, é no tipo de produtos comercializados pelo PAA na região de Dracena é que se constata maior diversificação de produtos ou mesmo certa especialização, como destacado no quadro 2.

É possível verificar que em Junqueirópolis os tipos de produtos entregues são muito aquém do que em outros municípios que também contam com projetos do PAA. Por sua vez, em Tupi Paulista também tem uma associação focada num determinado produto, no caso a uva, mas nesse caso específico, outros produtos têm sido comercializados pela presença de outras associações no convênio com a CONAB, fato que não ocorre em Junqueirópolis.

Ao entrevistar oito entidades que recebem produtos no convênio com a CONAB no município de Junqueirópolis, ficou evidente certo descontentamento das instituições por recebem apenas a polpa de uma única fruta, no caso a acerola, e, de certo modo, acabam repetindo o mesmo sabor de suco nas refeições, o que gera insatisfação e saturação de produto pela ausência de diversidade.

Quadro 2. Tipos de produtos comercializados pelo PAA na região de Dracena.

Município	Associação	Produtos comercializados
Dracena	APRD e J. Marques	Abóbora, abobrinha, acelga, acerola, agrião, alface, almeirão, atemóia, banana, batata doce, berinjela, café, cenoura, cheiro verde, coco, coentro, doce de leite, hortelã, leite, mamão, mandioca, maracujá, nabo, pepino, queijo frescal, quiabo, rabanete, rúcula, salsa, uva, vagem.
Tupi Paulista	AVIRTUPI*, ASMASARI e AMPROBRAP	Abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, acelga, acerola, agrião, alface, alho, almeirão, amendoim, atemóia, banana, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, caju, caqui, cara, carambola, cebola, cheiro verde, chicória, chuchu, coco, coentro, couve, couve flor, doce de leite, erva doce, escarola, espinafre, feijão, goiaba, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maracujá, maxixe, melancia, milho verde, ovos, peixe, pimenta verde, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, romã, rúcula, salsa, tangerina, tomate, uva benitaka, uva red globe, vagem.
Junqueirópolis	AAJ**	Banana, polpa de acerola e uva.
Paulicéia	AAFPASA, ASPRAR e AAFAR	Abacate, abóbora, abobrinha, acerola, alface, almeirão, banana-maçã, batata, batata doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, cheiro verde, chicória, chuchu, cocô, couve, couve flor, feijão, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maracujá, maxixe, melancia, melão, milho verde, ovo, pepino, pimenta verde, pimentão, queijo fresco, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, tangerina, tomate, vagem.
São João do Paul d' Alho	APRIMOR	Abóbora, abobrinha, alface, banana maçã, banana nanica, batata doce, berinjela, cenoura, leite, mamão, mandioca, maracujá, maxixe, mel, milho verde, ovos, peixe, quiabo, tomate.
Adamantina	APRAR e APLEMAR	Abacate, abóbora, abobrinha, acerola, alface, almeirão, banana maçã, banana nanica, batata doce, bebida láctea, berinjela, cenoura, cheiro verde, feijão, goiaba, leite, mamão, mandioca, maracujá, melão, milho verde, pepino, tomate e bebida láctea.
Pacaembu	APRAP	Abacate, abóbora, acerola, alface, banana maçã, batata doce, café, carambola, cebolinha, cenoura, chicória, coco, coentro, feijão, goiaba, jiló, laranja, mandioca, mandioquinha, maracujá, maxixe, ovos, pepino, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsinha, tomate.

Fonte: EDR de Dracena – abril de 2010. **Org:** Fernando Veloso.

* Comercializa somente uva.

** Comercializa basicamente polpa de acerola.

*** Comercializa somente leite e bebida láctea.

Em outros municípios pesquisados, como Tupi Paulista e Adamantina, as instituições são unânimes, em destacar que o cardápio da instituição melhorou significativamente ou mesmo distribuindo maior gama de produtos para as famílias carentes.

Embora tenha trajetória recente, algumas pesquisas avaliativas, além de diversos estudos de caso realizados em diferentes regiões do país sobre o PAA, relatam que o programa tem apresentado resultados positivos, mesmo apresentando certas limitações (DELGADO et. al., 2005; MATTEI, 2007; ZIMMERMANN, 2007; CORRÊA, 2008; MACIEL, 2008; HESPANHOL, 2009; GRISA et. al., 2010; VIANA; VIEGAS, 2009). De acordo com cada realidade brasileira em que o PAA está inserido, o programa assume arranjos institucionais característicos e bem específicos, como salientam os pesquisadores.

Dentre os pontos positivos destacados pelos autores citados nos diferentes contextos analisados constam, de forma geral: inclusão de produtores menos capitalizados; fortalecimento das organizações coletivas; diversificação produtiva; aumento e melhoria na produção para autoconsumo e incremento na dieta alimentar das famílias produtoras; incorporação na comercialização de produtos tipicamente regionais; valorização de produtos agroecológicos; garantia de preço e criação de canais de comercialização até então inexistentes para os produtores; acesso das entidades beneficiadas a produtos diversificados e com qualidade, resultando numa alimentação mais saudável; e, melhoria nos preços agrícolas regionais.

Já entre os aspectos limitadores ou a serem melhorados constam: fragilidade das organizações sociais em administrar o programa; favorecimento a produtores com melhor condição socioeconômica; inclusão de parentes (avós, cunhados etc.) para aumento na cota anual de participação do programa; especialização produtiva ao invés da diversificação; desconhecimento dos objetivos e da forma de funcionamento pelos beneficiários (tanto de produtores rurais, como nas entidades sociais); ingerências locais que dificultam o andamento do programa; dificuldade entre os produtores para a elaboração das propostas (cadastramento dos produtos, produtores e entidades) como na prestação de contas, fato que acarreta o retorno das propostas ou na demora para a liberação dos recursos; problemas de logística (dificuldades com o transporte dos produtos, armazenagem ou sanidade dos produtos); distanciamento entre os agricultores e as entidades contempladas; falta de assistência técnica para organização, planejamento e produção de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo PAA; carência de serviços de inspeção sanitária ou excesso de exigências para adequar a inclusão de produtos de origem animal; desconfiança dos produtores rurais na continuidade do programa.

4- Reflexões do PAA no EDR de Dracena

Como todo programa novo, o PAA precisou de algum tempo para se firmar e se propagar especialmente nos municípios do EDR de Dracena. Isso ocorreu, tanto por parte dos produtores rurais e de suas organizações, quanto dos extensionistas das Casas da Agricultura e do EDR e das entidades beneficiadas para constatar e entender os objetivos do programa. Com isso, no ano de 2007 manteve-se os mesmos quatro projetos, nos respectivos municípios de Dracena, Tupi Paulista e Junqueirópolis, ocorrendo um maior envolvimento, tanto no número de produtores rurais, entidades beneficiadas e no aumento do volume de recursos.

Cabe destacar que o PAA não apresenta uma estrutura rígida de funcionamento como outros programas governamentais, pois ele é construído coletivamente a partir das demandas locais e regionais. Por exemplo, as associações quando incluem as entidades assistenciais nos seus projetos, não se restringem aos limites territoriais de seus respectivos municípios.

Esse fato amplia a rede de relações estabelecidas por essas organizações de produtores, extrapolando o próprio PAA, entregando seus produtos em outros municípios, mesmo naqueles que já contam com projetos de outras associações em execução. Pode se afirmar que isso foi um dos fatores que contribuiu para a dispersão espacial desse programa do governo federal no EDR de Dracena. Todavia, mesmo com essa evolução nos últimos dois anos, mais da metade dos municípios do EDR de Dracena ainda não envolveram seus produtores rurais para entregar produtos no convênio com a CONAB.

Um fato interessante foi a formação de novas associações ou o resgate daquelas que só existiam do ponto de vista formal. Assim, a experiência do associativismo em torno do envolvimento dos produtores rurais, na elaboração do projeto, na demanda de cada entidade, no controle da qualidade dos produtos sob o risco de não receber e/ou do produtor ou da associação ser descredenciada do programa e na prestação de contas junto a CONAB, tem fortalecido a participação e apoiado a gestão descentralizada de políticas públicas em âmbito local.

Durante a pesquisa em nível de iniciação científica realizada no ano de 2007, constatamos a formação de uma nova associação, a AMPROBRAP no município de Tupi Paulista, que surgiu em virtude da exigência do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no bairro rural Barro Preto. Com a possibilidade do convênio com a CONAB o grupo de produtores se fortaleceu e muitos produtores

rurais da localidade voltaram a produzir cultivos para entregar para instituições. Salienta-se que nesse período foi formado um grupo de mulheres, esposas dos produtores, que produziam frangos defumados, pães e bolachas artesanais.

Nesse mesmo município, destaca-se a presença da APRUTUP (Associação dos Produtores Rurais de Tupi Paulista) que surgiu no início da década de 1990. Contudo, essa associação tem seu funcionamento restrito à administração da patrulha agrícola da prefeitura municipal, não envolvendo seus produtores para acessar políticas públicas ou se organizarem para buscar melhores condições de vida no espaço rural.

Atualmente 13 associações de produtores rurais contam com projetos em execução ou em renovação do PAA no EDR de Dracena. Destaca-se que quatro dessas associações são de assentamentos rurais, sendo uma no município de Tupi Paulista (ASMASARI) e três em Paulicéia (AAFPSA, ASPRAR e AAFAR), enquanto uma é do distrito de Jaciporã (J. Marques), município de Dracena, de trabalhadores rurais que eram ligados ao MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e formaram um grupo para entregar produtos no PAA.

Além disso, nos municípios de Dracena, Tupi Paulista, Paulicéia e Adamantina duas ou mais associações entregam produtos no convênio com a CONAB. Esse fato, a nosso ver, implica em mais experiências de organização nesses municípios, ao contrário, por exemplo, dos municípios de Pacaembu, São João do Pau d'Alho e Junqueirópolis em que apenas uma associação é responsável pelos projetos do PAA.

Merece ser destacado a diversidade de produtos que são entregues para as entidades beneficiadas com o programa, como frutas, legumes, hortaliças, doces, queijos, entre outros, ressaltando o controle na qualidade, que em alguns casos é feito pelas próprias associações ou em outros, pelas instituições beneficiadas ao receberem os produtos. Salientamos que além das associações que focam um determinado tipo de produto, como AVIRTUPI com a uva, a AAJ com a acerola e APLEMAR com o leite, as demais associações entregam uma grande variedade de produtos no CPR-Doação.

Portanto, na região de Dracena o PAA, exceto em alguns casos pontuais pelas próprias características das associações participantes, o PAA tem estimulado a diversificação produtiva, fazendo com que os agricultores retornem ou introduzam uma variedade de produtos, cultivados em pequenas áreas, para entregar no convênio estabelecido com a CONAB.

Verificamos também que as experiências que envolveram grande número de produtores rurais em projetos, como no caso da APRD em Dracena tiveram algumas dificuldades na operacionalização do PAA. Outra dificuldade é na prestação de contas para renovação dos projetos, em que muitas associações não contam com pessoal qualificado para elaborar as planilhas, o que leva ao atraso e dificuldades em renovar o convênio com a CONAB.

5. Considerações Finais

O PAA tem uma perspectiva diferenciada no âmbito dos atuais programas que marcam o espaço rural brasileiro. Por ser um programa social, que visa combater a fome e assegurar a alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, é marcado por seu caráter territorial e não meramente setorial.

A produção familiar sempre ficou a mercê do apoio efetivo do Estado brasileiro, sendo apreendida numa posição subordinada e secundária no tocante as políticas públicas. Tal situação perdurou até meados da década de 1990, quando vem a tona a importância desse segmento na economia do país, e as políticas públicas pelo menos em seu discurso passam a valorizar variáveis, tais como participação social, formas coletivas de organização, sustentabilidade, desenvolvimento local, segurança alimentar entre outras.

O PAA tem se ampliado em âmbito nacional durante os anos de 2003 e 2010. A modalidade que mais obteve recursos foi a CPR Doação, por ter um contato direto por meio da elaboração de projetos a CONAB. Outro diferencial dessa modalidade é sua flexibilidade que permite entregar produtos ao longo de todo o ano e contempla uma grande diversidade de produtos que tradicionalmente o agricultor já cultivava ou voltou a produzir. Destaca-se, também, o aumento no valor para cada produtor de R\$ 4,5 mil reais, que dá uma média de R\$ 375 reais por mês.

Na região de Dracena, os produtores rurais têm enfrentado dificuldades para assegurar a reprodução social da família ou de parte dela, e o acesso a políticas como o PAA tem gerado renda e trabalho, resgatado e incentivado a produção e se apresentado como alternativa para escoamento de parte de sua produção. Além disso, o programa mesmo com algumas limitações, tem alcançado bons resultados, incentivado que produtores rurais, assentados e trabalhadores rurais se organizem coletivamente através de associações, o que de certo modo tem facilitado o acesso desses sujeitos sociais a convênios, programas e políticas específicas.

Referências

- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Informações sobre o PAA** Disponível em <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Informações sobre o PRONAF**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola**. Brasília: CONAB, 2009. 548 p
- CORRÊA, F. C. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** uma comparação entre dois estados do Brasil. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- DELGADO, N. G. Política Econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. [Org.]. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 15-52.
- DELGADO, G. C. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA). **Texto para discussão nº 1145**, Brasília: IPEA, 2005.
- FIBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > acessado em 10 de junho de 2010.
- GIL, I. C. Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo. In: **Revista Nera**. ano 6, n. 4, jan./jul. 2004. disponível em <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/revista>>. Acesso em: 10 jul. 2007.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GRISA C. et. al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva:** apontamentos e questões para o debate. 2010. 24 p. disponível em <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf> Acesso em: 20 jul. 2011.
- HESPANHOL, R.A. M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **SCRIPTA NOVA. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (79). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm>> [ISSN: 1138-9788]
- HESPANHOL, R.A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). In: **XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL SOBER**. Porto Alegre: RS. Anais... 2009. <<http://www.sober.org.br/palestra/13/552.pdf>> p. 1- 18.
- MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos:** potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM (UNB)**, Brasília, v. 7, p. 33-44, 2007.

OLIVEIRA, A R. **A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais**: O caso da região de Dracena/SP. 2003.149 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003.

PORTO, S. I. Retomada e perspectivas de uma política de comercialização e abastecimento alimentar. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e abastecimento alimentar**: Políticas Públicas e Mercado Agrícola. Brasília: CONAB, 2009. p. 45 – 57.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. **Informações Municipais**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

SILVA, R. G. da. **Incorporação da Nova Alta Paulista ao Setor Produtivo do Estado de São Paulo**: município de Adamantina (1937 a 1955). 1989.196f. 196 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual Paulista/Instituto de Letras, História e Psicologia, Assis, 1989.

VELOSO, F. **Estratégias de reprodução econômica e social e econômica em unidades produtivas familiares rurais no município de Tupi Paulista (SP)**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007, 120 f. (Relatório Final de IC/CNPq/PIBIC).

VELOSO, F. **As estratégias para a permanência dos pequenos proprietários de terra no espaço rural do Município de Junqueirópolis (SP)**. 2008, 147 f. Monografia (Bacharelado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

VELOSO, F. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 229 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. PAA – Evolução das operações. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e abastecimento alimentar**: Políticas Públicas e Mercado Agrícola. Brasília: CONAB, 2009. p. 146 -154.

ZIMMERMANN, S. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e reflexos na agricultura familiar brasileira. 2007. **Boletim do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, n. 10 – out. 2007, p. 1-3.

Recebido em: 09/04/2012.

Aceito para publicação em: 25/07/2012.